

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 05 a 09 de julho, em Brasília.

ARTICULAÇÃO POLÍTICA EM MEIO À PRESSÃO

Após duas semanas de exposição negativa, o Governo articula o andamento de itens prioritários. Na última sexta (2), foi instaurado um inquérito no STF para investigar as acusações de prevaricação contra Bolsonaro, oriundo dos depoimentos dos irmãos Miranda sobre possíveis irregularidades na compra da vacina Covaxin. Apesar disso, as acusações feitas até o momento não desmobilizaram a base parlamentar de apoio ao Executivo, que se empenha para avançar em sua agenda prioritária.

Nesse sentido, o Senado fará esforço concentrado para votar autoridades indicadas pelo Governo. Na pauta, estão indicações de ministros de tribunais superiores, diretores de agências reguladoras, do Banco Central e de embaixadores, entre outras autoridades – *nessa perspectiva, o Governo também já se articula para a indicação do próximo ministro do STF, que ocupará a vaga de Marco Aurélio, que se aposenta na próxima segunda (12).*

Já na Câmara, o Planalto tenta destravar os projetos tributários. As duas fases iniciais da Reforma Tributária encaminhadas pelo Executivo têm enfrentado resistências de segmentos empresariais, especialmente o projeto que trata da tributação de lucros e dividendos e da reforma no Imposto de Renda. O presidente da Federação das

Indústrias de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf, anunciou a criação de uma mobilização contra a proposta por entender que haverá aumento da carga tributária, enquanto o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o projeto pode ser corrigido.

Além disso, há a expectativa de que seja instalada a Comissão de Orçamento. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), tem cobrado a instalação do colegiado, contudo, a decisão cabe ao presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM/MG). Neste ano, a CMO deve ser comandada por um senador – *Rose de Freitas (MDB/ES) é a mais cotada para o cargo, mas Angelo Coronel (PSD/BA) concorre por fora, em uma disputa entre as duas maiores legendas da Casa que se prolonga desde a eleição para a Mesa Diretora.*

Ainda nesta semana, devem repercutir as manifestações contrárias ao Governo. No sábado (3), foram registrados protestos em diversas capitais pedindo o impeachment do Presidente Bolsonaro. Entretanto, a pauta ainda segue restrita às esferas de oposição, embora outros partidos tenham manifestado apoio, como é o caso do NOVO – *o líder da sigla na Câmara, Vinicius Poit (SP), afirmou que o posicionamento é apenas do diretório nacional e não da bancada.* Já o presidente do PSD, Gilberto Kassab, disse acreditar que “há espaço” para o afastamento de Bolsonaro, sinalizando a postura que o partido deve tomar nas eleições de 2022.

Destaques da Semana

Terça

- O Plenário da [Senado Federal](#) se dedicará à votação de indicações de autoridades.
- A [CPI da Pandemia](#) ouviu Regina Célia Silva Oliveira, servidora do Ministério da Saúde que autorizou a compra da Covaxin.

Sexta

- A [CPI da Pandemia](#) volta a ouvir o ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, em sessão secreta.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro participou, nesta segunda (05), de reuniões com o advogado André Mendonça (AGU), ministro Marcos Pontes (MCTI), ministro Joaquim Leite (MMA) e presidente do BNDES, Gustavo Montezano. Ademais, reuniu-se com o subchefe de assuntos jurídicos, Humberto Fernandes de Moura (Secretaria-Geral PR).

Agenda do Vice-Presidente - Hamilton Mourão reuniu-se, nesta segunda (05), com o embaixador do Reino Unido no Brasil, Peter Wilson; diretor de energia, clima e baixo carbono na Embaixada do Reino Unido no Brasil, Richard Ridout; e John Murton, enviado especial para a COP26.

Casa Civil **Agenda do Ministro - Luiz Eduardo Ramos** participou, nesta segunda (05), da 2ª reunião do conselho de saúde suplementar – CONSU. Ademais, reuniu-se com o embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - Paulo Guedes participou, nesta segunda (05), de reuniões com deputado federal Celso Sabino (PSDB/PA), senadora Rose de Freitas (MDB/ES) e senador Mecias de Jesus (REP/RR). Além disso, participou da 2ª reunião do conselho de saúde suplementar – CONSU. Ademais, participou de reuniões com o secretário Roberto Fendt (Comércio e Assuntos Internacionais), ministro Onyx Lorenzoni (Secretaria-Geral PR) e Afonso Bevilaqua, diretor executivo do FMI.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente - Roberto Campos Neto participou, nesta segunda (05), da reunião de encerramento da missão regular do Artigo IV do FMI, por videoconferência. Além disso, reuniu-se com os representantes do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal). Ademais, reuniu-se com ministros de economia e presidentes de bancos centrais dos países associados do Mercosul, por videoconferência.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial a projeção para este ano caiu de US\$ 68,80 bilhões para US\$ 68,41 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano subiu de 5,97% para 6,07%. Foi a 13ª alta seguida. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro subiram a estimativa para o crescimento de 5,05% para 5,18%. Foi a 11ª alta seguida do indicador. Para a Selic manteve em 6,50% ao ano a previsão para a taxa Selic no fim de 2021. a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2021 recuou de R\$ 5,10 para R\$ 5,04.

BNDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

Agenda do presidente - Gustavo Montezano reuniu-se, nesta segunda (05), com o grupo diretor do International Development Finance Club. Além disso, participou de reuniões com o presidente Jair Bolsonaro, secretários especiais da Secretaria Previdência e Trabalho e do Ministério da Economia. Ademais, reuniu-se com o José Seixas Lourenço, diretor-presidente da BioTec-Amazônia.

MEC

Ministério da Educação

MCTI
Ministério da Tecnologia

Agenda do Ministro - Milton Ribeiro participou, nesta segunda (05), do atendimento do MEC e FNDE aos municípios do Rio de Janeiro. Ademais, participou do evento Projetos para Educação no Rio de Janeiro.

Agenda do ministro - Marcos Pontes reuniu-se, nesta segunda (05), com o presidente Jair Bolsonaro. Ademais, reuniu-se com o ministro Braga Netto (MD).

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados
Plenário

O Plenário da **Câmara dos Deputados** pode votar, entre outros itens, o [PLP 16/2021](#), que altera a tributação incidente sobre combustíveis; e o [PL 12/2021](#), que prevê concessão de licença compulsória para exploração de patentes de invenção ou de modelos de utilidade necessários ao enfrentamento de emergências de saúde pública.

Senado Federal
Plenário

O Plenário do **Senado Federal** se dedicará à votação de indicações de autoridades aprovadas pelas comissões permanentes, como a indicação de dois ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), de embaixadores, dentre outras.

Comissões

EDUCAÇÃO

Câmara | CE | Segunda (05) | 09h00

**Desigualdades
Educativas**

Audiência Pública – A Comissão de Educação discutiu as desigualdades educacionais acarretadas pela pandemia de Covi-19. A presidente do colegiado, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que sugeriu a realização da audiência, lembra que "as profundas desigualdades que marcam a efetividade do direito fundamental à educação no Brasil são históricas e estruturais". Diante da pandemia e da exigência do ensino remoto, segundo ela, essas desigualdades se acentuaram.

Câmara | CE | Quarta (07) | 09h00

Veto Orçamentário

Audiência Pública – A Comissão de Educação recebe o ministro Milton Ribeiro (Educação), para prestar esclarecimentos sobre os impactos decorrentes do veto de R\$ 2,2 bilhões e pelo bloqueio de R\$ 2,7 bilhões do orçamento previsto para educação.

Câmara | CE | Sexta (09) | 09h00

**Sistema Nacional de
Educação**

Audiência Pública – A Comissão de Educação realiza audiência pública com o tema: "Sistema Nacional de Educação: a inovação dos acordos

	colaborativos” O evento será no plenário 12, às 9 horas, e poderá ser acompanhado de forma interativa pelo e-Democracia. Foram convidados para a audiência representante da Consultoria Legislativa da Câmara; do movimento Todos pela Educação; e de prefeituras.
COVID-19	Câmara CTCOVID19 Segunda (05) 10h00
Fake News	Audiência Pública – A Comissão Temporária da Covid-19 realizou audiência pública remota para debater as campanhas de comunicação sobre a pandemia e também as fake news sobre a vacinação contra o coronavírus. Foram convidados para a videoconferência: Frank Márcio de Oliveira, diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Paulo Jerônimo de Sousa, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Josiclecia Gomes Nogueira, secretária de Comunicação do governo do Amazonas; Murilo Aragão, fundador da Arko Advice.
TECNOLOGIA	Câmara CINDRA Quarta (07) 13h00
Inclusão Digital	Audiência Pública – A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia promove debate acerca dos programas de inclusão digital do Governo Federal, Gesac e Wifi-Brasil Livre, coordenados pelo Ministério das Comunicações, no Estado do Acre e demais estados da Amazônia Legal. Entre outros, o evento deverá contar com a presença do ministro Fábio Faria (Comunicações) ou representante.
	Câmara CCTCI Quarta (07) 13h00
Inteligência Artificial	Audiência Pública – A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática promove Audiência Pública com o tema “Inteligência artificial: princípios, direitos e deveres”, conforme trata o PL 21/2020 .
	Câmara CSSF Quarta (07) 14h00
Telemedicina	Audiência Pública – A Comissão de Seguridade Social e Família promove audiência pública sobre o Projeto de Lei 1998/20, que regulamenta a telemedicina após a Pandemia de Covid-19.
ENERGIA	Câmara CDC Quinta (09) 09h30
Crise Hídrica	Audiência Pública – A Comissão de Defesa do Consumidor promove Audiência Pública para debater geração de energia, com a presença de representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
CPI PANDEMIA	Senado CPIPANDEMIA Terça, Quarta e Quinta 09h
Covid-19	Oitivas – A CPI se reúne para ouvir os depoimentos ouve nessa semana a sra. Regina Célia Silva Oliveira, servidora do Ministério da Saúde que autorizou a compra da Covaxin. A CPI volta a ouvir o ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, em sessão secreta, na sexta.

Política

DEM analisa pesquisas qualitativas e quer lançar até setembro pré-candidatura de Mandetta à presidência. A cúpula do DEM se debruçou sobre pesquisas quantitativas e qualitativas solicitadas pelo próprio partido e decidiu apostar mesmo na pré-candidatura do ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta à presidência da República. A intenção é lançá-lo em ato até setembro. A decisão se baseia sobretudo nas análises qualitativas. A avaliação é que a polarização ainda se sobressai à busca por uma terceira via, mas que Mandetta se encaixa no perfil de presidente desejado pela população. Pela pesquisa, a maioria quer um mandatário com experiência política e de gestão e mais conservador ou ao centro. Fonte: Folha de S. Paulo

Novo decide apoiar impeachment de Bolsonaro por falhas contra Covid e denúncias sobre vacina. O Partido Novo decidiu apoiar formalmente o impeachment do presidente Jair Bolsonaro, em razão, sobretudo, de seu desempenho no combate à pandemia da Covid-19. "Na avaliação do Novo, alguns dos crimes cometidos são omissões e péssimas ações na gestão da pandemia, descaso com a aquisição das vacinas e possível prevaricação em denúncia de esquema de corrupção na compra do imunizante Covaxin", diz nota divulgada pelo partido, após deliberação tomada pelo seu diretório nacional na segunda-feira (5). Fonte: Folha de S. Paulo

Economia

Governo anuncia prorrogação do auxílio emergencial por mais três meses. O governo federal anunciou na segunda-feira (5) a prorrogação do auxílio emergencial por mais três meses. O benefício acabaria em julho e, com a prorrogação, também será pago em agosto, setembro e outubro. Segundo a Secretaria-Geral da Presidência, o decreto de prorrogação já foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. Na nota em que anunciou a medida, contudo, o governo não informou os valores das parcelas. Fonte: G1 Notícias

Guedes quer que Bolsonaro escolha entre Bolsa Família, obras e reajustes em 2022. Pressionada a implementar demandas eleitorais de Jair Bolsonaro, a equipe econômica quer que o presidente da República faça escolhas e deixe claro quais serão as medidas prioritárias para 2022. O argumento é que não há espaço suficiente no Orçamento e nem todos os pedidos poderão ser atendidos. Até o momento, Bolsonaro já apresentou exigências de ampliação do Bolsa Família e liberação de verba para obras públicas. Aliados afirmam que ele também deseja reajustar os salários de servidores públicos no ano que vem. Além disso, quer uma reserva de recursos para eventual implementação do voto impresso. Fonte: Folha de S. Paulo

Governo destina R\$ 2,1 bi via orçamento secreto para Saúde. Em meio a denúncias de corrupção na compra de vacinas, o governo Jair Bolsonaro voltou a disponibilizar recursos via orçamento secreto e autorizou o repasse de R\$ 2,1 bilhões em emendas do relator-geral do Orçamento para fundos municipais de saúde. A transferência das verbas está prevista em 28 portarias assinadas na semana passada, entre 28 e 30 de junho, pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. A modalidade de emendas de sigla RP9 foi criada pelo governo para beneficiar redutos eleitorais em troca de apoio político, como revelou série de reportagem do Estadão. Um relatório da equipe técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) divulgado no dia 25 pelo jornal avaliou que o uso das emendas de relator fere a Constituição. Essas verbas são executadas sem a identificação dos parlamentares que pedem o direcionamento dos recursos. O instrumento permite ao Executivo concentrar entre apoiadores a escolha do destino de bilhões de reais. Fonte: O Estado de S. Paulo

Governo estuda bancar parte de salário de jovem e acima de 55 anos para incentivar emprego. O governo estuda pagar uma parte do salário de trabalhadores de 18 a 29 anos ou com mais de 55 anos, por tempo determinado, para incentivar sua contratação por empresas na retomada pós-pandemia de covid-19. O tema foi discutido pelo deputado Christino Áureo (Progressistas-RJ), relator da medida provisória que recriou o programa de manutenção de empregos na crise, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na quinta-feira, 1.º. Ao Estadão/Broadcast, Áureo afirma que a proposta em discussão é o governo pagar um bônus, cujo valor ainda será definido, diretamente ao trabalhador. A empresa bancaria o restante do salário e recolheria os encargos (como contribuição previdenciária e FGTS) sobre essa parcela da remuneração. A

soma do bônus e do salário precisaria ser ao menos equivalente ao piso nacional, hoje em R\$ 1,1 mil. Fonte: O Estado de S. Paulo

Dívida de Estados e municípios com União caiu R\$ 17 bi neste ano. O endividamento de Estados e municípios com a União registrou queda de dezembro de 2020 para maio, mesmo com a suspensão dos pagamentos mensais e adiamento da revisão dos valores dos débitos permitidos no ano passado para dar alívio de caixa durante a pandemia. Segundo dados do Tesouro, essa dívida, que ainda é considerada bastante elevada, passou de R\$ 681,1 bilhões para R\$ 664,5 bilhões no período. A redução, no entanto, não está relacionada ao pagamento mais expressivo ao governo federal, mas sim à retirada de valores correspondentes à revisão do estoque da dívida de entes públicos que haviam perdido benefícios concedidos por descumprimento do teto de gastos. Além disso, o chamado Coeficiente de Atualização Monetária (CAM) que atualiza os saldos devedores, se manteve negativo. Fonte: Valor Econômico

Presidente Jair Bolsonaro sanciona lei que aperfeiçoa o crédito ao consumidor e estabelece medidas para prevenir e tratar o superendividamento. O Ministério da Justiça e Segurança Pública comemora a sanção da Lei nº 14.181, que aperfeiçoa a disciplina do crédito ao consumidor e trata sobre o superendividamento, beneficiando mais de 30 milhões de brasileiros. A Lei foi sancionada no dia 1º de julho pelo presidente Jair Bolsonaro e entrou em vigor na sexta-feira (2). A sanção é resultado de um trabalho coordenado da Secretaria Nacional do Consumidor do MJSP com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. “O superendividamento atinge milhões de brasileiros que não conseguem pagar suas dívidas sem comprometer gastos para sobreviver. Essa lei demonstra a preocupação do governo federal e dos parlamentares com os brasileiros, principalmente em um momento em que a vulnerabilidade do consumidor superendividado se agravou bastante no contexto da pandemia. É uma grande vitória que deve ser comemorada”, destacou o ministro Anderson Torres. Fonte: ASCOM MJSP

Judiciário

Confira a pauta do próximo semestre do STF. O Supremo Tribunal Federal entrou em recesso no último dia 2 e vai até o dia 31 de julho. O Tribunal divulgou a pauta para o próximo semestre, dentre os assuntos estão: a retomada do julgamento de ações penais e inquéritos pelo Plenário do STF e o recurso (agravo) contra a decisão que rejeitou pedido do presidente da República, Jair Bolsonaro, para prestar depoimento por escrito no Inquérito ([INQ 4831](#)), em que é investigado por suposta tentativa de interferência política na Polícia Federal. Outro destaque é o julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra dispositivos do Pacote Anticrime ([Lei 13.964/2019](#)) que criaram a figura do juiz das garantias, previsto para novembro. No próximo semestre o STF não contará com o ministro Marco Aurélio Mello, que se aposenta no próximo dia 12. Portal STF

Rosa Weber abre inquérito sobre o presidente no caso Covaxin. A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber acolheu pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e abriu um inquérito para apurar os fatos narrados em uma notícia-crime apresentada por três senadores, que atribuíram ao presidente Jair Bolsonaro a suposta prática do crime de prevaricação no caso da vacina indiana Covaxin. Na sexta-feira (2), a PGR pediu abertura da investigação após a ministra solicitar nova manifestação sobre a questão. Fonte: Agência Brasil

Reforma Tributária

Reforma altera CSLL e pode gerar aumento de carga. As empresas precisarão ficar atentas a uma série de mudanças nas regras da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), caso a segunda etapa da reforma tributária seja aprovada. O texto enviado no fim do mês passado busca equiparar as regras para cálculo da CSLL com as do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), o que pode gerar aumento de tributação. A proposta impede ou limita algumas deduções atualmente previstas, como royalties, mas inclui outras, como participação nos lucros e resultados paga a empregados. Dessa forma, segundo especialistas,

cada empresa terá que fazer suas contas para saber se sua base de cálculo será, na prática, ampliada ou reduzida. Fonte: Valor Econômico

Frente Parlamentar se opõe à reforma tributária do governo. Lançada com apoio de 200 congressistas, a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo já tem sua primeira missão: combater a reforma tributária enviada pelo governo ao Congresso. “Além de não resolver problemas estruturais, como a própria existência do ICMS nos moldes atuais e a diferenciação entre bens e serviços, o texto traz consigo problemas que vão na direção contrária à redução do custo Brasil: há claro aumento da complexidade e do custo tributário brasileiro”, diz nota da frente, cujo presidente é o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP). Fonte: O Estado de S. Paulo

Covid-19

Comitê de Crise da Covid-19 apresenta palestras sobre vacinas e cenário da educação no Brasil. Na sexta-feira (2) a Casa Civil da Presidência da República, deu continuidade ao ciclo de palestras sobre o planejamento político-estratégico e as projeções das políticas públicas para a retomada brasileira. As reuniões são promovidas pelo Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19, e nessa semana contou com apresentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Educação. Na quarta-feira (30), a diretora da Anvisa, Meiruze Freitas, trouxe para o debate as etapas do desenvolvimento de vacinas no Brasil. Segundo a diretora, toda vacina precisa passar por vários estágios de desenvolvimento, e quando o imunizante chega para ser avaliado pela agência, essa o faz por meio de dois mecanismos: registro e a autorização do uso emergencial. Também é usada a aprovação de importação ou a Aliança Covax Facility. Fonte: ASCOM Casa Civil

Último Foco

Com timidez do setor privado, universidades lideram patentes no Brasil. No mês passado, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) recebeu um novo prêmio por seus números de patentes depositadas. Os méritos da instituição de ensino e pesquisa, frequentemente reconhecidos em rankings relacionados à inovação, chamou atenção dessa vez da Clarivate Analytics, uma empresa americana dedicada a análises sobre pesquisa científica e propriedade intelectual em todo o mundo. A honraria foi entregue com base em um levantamento que destacou a universidade brasileira que registrou o maior número de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) entre 2010 e 2019. Fonte: Agência Brasil

Debatedores defendem política de Estado para o avanço da educação profissional. Diante das frequentes reduções de repasse para as áreas do conhecimento e tecnologia, a adoção de uma política de Estado que priorize a educação profissional foi defendida pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e debatedores durante audiência pública remota realizada na sexta-feira (2) na Comissão Senado do Futuro (CSF). Preocupados com o crescente desemprego entre os mais jovens no país, eles discutiram também a necessidade de mudanças na legislação que possibilitem maior incentivo à realização de parcerias público-privadas (PPP) para qualificação dos brasileiros e que atendam às novas demandas do mercado de trabalho. Izalci, que tem se dedicado há mais de uma década a essa área, passando inclusive pela relatoria da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415, de 2017), manifestou preocupação por, segundo ele, o país não ter avançado na adaptação da revolução tecnológica e dos conhecimentos atuais nas instituições de ensino e na grade curricular. Fonte: Agência Senado

Aulas presenciais: projeto que torna educação essencial segue sem consenso. A segunda sessão de debate temático sobre o PL 5.595/2020, projeto de lei que torna a educação um serviço essencial e proíbe a paralisação do ensino durante pandemias, mostrou que o assunto segue longe do consenso. Senadores, representantes de trabalhadores do setor, estudantes e médicos apresentaram na sexta-feira (2) visões divergentes sobre o momento mais adequado para a volta às aulas. O debate, que foi realizado de forma remota, foi solicitado pelo senador Flávio Arns (Podemos-PR). Parte dos debatedores considera que o projeto garante que estudantes tenham acesso à educação, direito que estaria sendo violado durante a pandemia.

Outros consideram que projeto desconsidera a autonomia de estados e municípios, e impõe que crianças, adolescentes e jovens adultos voltem a circular em um momento em que o país segue com média de cerca de duas mil mortes por covid-19 por dia. Durante a reunião, foram constantes as queixas em relação à falta de uma coordenação nacional pelo Ministério da Educação e também em relação aos cortes sucessivos no orçamento do setor. Fonte: Agência Senado.

5G: complexidade e divergências sobre o edital atrasam leilão que governo previa para este mês.

Divergências sobre o edital entre a área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU), o governo e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) atrasaram o leilão do 5G, a nova geração de internet móvel, previsto originalmente pelo Ministério das Comunicações para ser realizado neste mês de julho. O certame ainda não tem data para acontecer. A proposta de edital, aprovada pela agência em fevereiro e enviada para avaliação do TCU em março, segue em análise. Fonte: G1 Notícias

Ministério da Saúde lança três publicações sobre a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028.

O Ministério da Saúde publicou três obras que buscam desenvolver e analisar os avanços da saúde digital no país. São elas: a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 (ESD28), o Relatório Final do Projeto-Piloto Conecte SUS e o 1º Relatório de Monitoramento e Avaliação (M&A) da ESD28. As publicações — que já podem ser acessadas na Biblioteca Virtual em Saúde da pasta — foram divulgadas no evento de Lançamento do Conecte SUS Profissional no dia 1º de julho, em Marechal Deodoro (AL), com a presença do ministro da Saúde. O Conecte SUS Profissional marca o início do prontuário único do cidadão e materializa a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil. A Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 (ESD28) foi pactuada na 6ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT)/2020 e publicada na Portaria GM/MS nº 3.632/2020. O documento busca sistematizar, consolidar e atualizar os trabalhos realizados ao longo da última década, como a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde – PNIIS (pactuada na 5ª Reunião da CIT/ 2021) e a Portaria GM/MS nº 1/2017. Fonte: ASCOM MS